



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10355 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

**O ACESSO DA CLASSE TRABALHADORA AOS PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO:
UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Larissa Maria Rodrigues de Oliveira - FAE - Faculdade de Educação da UFMG
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**O ACESSO DA CLASSE TRABALHADORA AOS PROGRAMAS DE
INTERCÂMBIO: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A
INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Resumo

O presente trabalho é a apresentação de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Se situa na área de políticas públicas para o ensino superior, tem por tema a internacionalização da educação superior e tem como objeto de pesquisa o principal programa de mobilidade internacional da UFMG, o “Minas Mundi”.

Palavras-chave: Ensino Superior; Internacionalização; Políticas Públicas; Intercâmbios.

Texto do pôster

A pesquisa tem por objetivo analisar o programa de intercâmbio “Minas Mundi” da Universidade Federal de Minas Gerais, buscando verificar em que medida este tem propiciado a participação de alunos socioeconomicamente desfavorecidos. Programas como este são instituídos por políticas públicas e promovidos pelas universidades, portanto as relações das instituições de ensino com a agenda de políticas para educação, no âmbito nacional e internacional, devem ser consideradas em toda a investigação.

Para o desenvolvimento da pesquisa e melhor compreensão do tema a ser estudado, está sendo utilizada a perspectiva crítica de Florestan Fernandes (1975), para pontuar inicialmente que somos um país de economia capitalista dependente. Esse fato, não apenas revela uma forma de se relacionar com os países centrais no que se refere às questões econômicas, mas demonstra também como somos afetados intelectual e culturalmente por esta situação de dependência. Ou seja, nos relacionamos na economia mundial a partir dessa localização geopolítica de submissão aos ditames do capital internacional e aos interesses dos

países centrais.

Após situar a partir de Florestan Fernandes, o lugar que o Brasil ocupa na economia mundial, esta pesquisa elenca algumas considerações fundamentais sobre a construção e a consolidação da educação superior brasileira, através de Luiz Antônio Cunha; Tendo como referência Roberto Leher, tece, ainda, uma discussão sobre a subordinação ou heteronomia cultural da educação superior brasileira em relação a organismos e organizações internacionais, desde o período da ditadura empresarial-militar que se iniciou na década de 60; Apresenta também o contexto neoliberal que influencia diretamente as políticas públicas educacionais para o ensino superior a partir da década de 90; e, por fim, expõe os conceitos de internacionalização que fundamentam a pesquisa. Contudo, devido à brevidade da presente exposição, nos deteremos a explanação desses dois últimos pontos: o contexto neoliberal dos anos 90 que foi determinante para o modelo de internacionalização presente nas universidades brasileiras e alguns conceitos que orientam essa internacionalização.

Analisamos então, que após o fim da Guerra-fria, o que passou a orientar mais diretamente as políticas desenvolvidas para a educação superior foi o capital financeiro internacional, no contexto de expansão do neoliberalismo e, especialmente no Brasil, na Reforma do Estado. Com isso, a teoria do capital humano, de Schultz (1973), ganhou ainda mais centralidade, o conhecimento passou a ser compreendido como mercadoria com valor internacional e investir na educação passou a ser encarado como investir em trabalho e crescimento econômico. Surgiram, inclusive, espaços comuns de educação em diferentes regiões do mundo, com o intuito de padronizar os currículos e os níveis de ensino, facilitar o fluxo de estudantes entre os países integrantes e fortalecer a economia e o desenvolvimento regional. Exemplos desses espaços comuns são o Espaço Europeu de Educação Superior e o Mercosul Educacional. Por outro lado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC), outras instituições intergovernamentais que levantam bandeiras de cooperação entre nações e, principalmente, o Banco Mundial (BM) começaram a propor agendas de políticas a serem cumpridas sob a prerrogativa de fornecer auxílios financeiros para melhorias nos sistemas educacionais dos chamados “países em desenvolvimento” (AZEVEDO, SILVA JÚNIOR e CATANI, 2015, p.53). Esses organismos, conseguiram assim (e ainda hoje conseguem), realizar políticas que atendam suas demandas de crescimento e desenvolvimento e fortalecer a iniciativa privada em educação, mas sob o disfarce de uma preocupação com o crescimento econômico e bem-estar dos países periféricos.

Entre as políticas que passam a ganhar destaque nas universidades, neste contexto, estão as políticas de internacionalização. A circulação de ideias, que desde o surgimento das primeiras universidades medievais era algo intrínseco à vida universitária, foi apropriada pelo capital como uma das exigências para classificar uma IES como centro de excelência. A classificação de Universidade de Classe Mundial (UCM), induzida pelos organismos internacionais, que agem também no sentido reformista da educação superior sob orientação do capital internacional, valoriza a internacionalização a partir dos intercâmbios e os acordos de cooperação entre universidades estrangeiras.

Porém, o que se entende por internacionalização da educação, pode variar bastante. A transnacionalização, que Azevedo (2015, p.87) define como “a oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com finalidade de lucro” é uma das modalidades de internacionalização presentes na educação superior brasileira.

Outras duas modalidades de internacionalização que Morosini (2011) apresenta são a Cooperação Internacional Tradicional (CIT) e a Cooperação Internacional Horizontal (CIH).

Ao explicar a Cooperação Internacional Tradicional, Morosini (2011) se apoia em Brovotto (1998) e afirma que o que caracteriza esse modelo são as “relações de competitividade entre as instituições de educação superior (IES) na captação de sujeitos e de consumidores” dando ênfase ao que é produzido na pesquisa e na pós-graduação. E quando a autora discorre sobre o segundo modelo, a Cooperação Internacional Horizontal, cita Didriksson (2005) e expõe que a CIH tem “base na solidariedade e na consciência internacional” e que “se oporia ao modelo tradicional de cooperação internacional, no qual o mercado tem o domínio dos princípios”.

O início, ainda muito incipiente, da investigação nos mostra fortes indícios de que o programa que é objeto desta pesquisa segue uma relação mercantil, como pontuam, por exemplo, Azevedo e Catani (2013, p.286), ao descreverem o que seria esse tipo de relação, pois não oferece um “preparo prévio dos viajantes para a vida intercultural e garantia de condições adequadas de estudo, pesquisa e trabalho no retorno para o campo acadêmico nacional”. E se aproxima bastante do que Morosini (2011) descreve como Cooperação Internacional Tradicional. É, contudo, um programa institucional de uma universidade que se coloca na vanguarda dos centros de formação do país, é presente na vida universitária e tem um impacto substancial na formação dos estudantes, inclusive causando diferenciação entre estes. Seja essa diferenciação expressa em desigualdades explícitas durante o processo formativo da graduação ou mesmo, posteriormente, na vida profissional.

A partir dessas considerações, pretendo investigar a participação, nos anos de 2010 a 2019, de alunos socioeconomicamente desfavorecidos no programa de mobilidade estudantil e quais os mecanismos e mudanças implementadas ao longo dos anos que permitiram ou não um maior acesso desses estudantes ao programa de mobilidade estudantil. Porém, sem perder de vista o contexto internacional e os interesses políticos nacionais que têm orientado as políticas de internacionalização da educação superior no país.

A metodologia a ser utilizada é a pesquisa documental, com análise de conteúdo dos editais e resultados anuais do Programa, resultados de análise socioeconômica dos alunos participantes e relatórios produzidos pela Universidade. A escolha pelo programa “Minas Mundi” da UFMG se deve ao fato desse programa, segundo Rezende (2015), não encontrar paralelo quanto ao seu porte e abrangência no território nacional. Sendo também considerado a organização dos editais e a distribuição de bolsas como um destaque desta universidade frente às outras Instituições de Ensino Superior (IES).

Referências

AZEVEDO, Mário. L. N. CATANI, Afrânio. M. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos. *Revista Inter Ação*, 38(2), 273-291. 2013

AZEVEDO, Mário. L. N. SILVA JÚNIOR, João R. CATANI, Afrânio. M. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. In: SILVA JÚNIOR, João R. SOUSA, José V. AZEVEDO, Mário L. N. CHAVES, Vera. L. J. (orgs.). *Educação superior: Internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas*. 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Editora Fino Traço, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975.

MOROSINI, Marília. C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. In: Educação em Revista. v. 7, n. 1, p.93-112, abr., Belo Horizonte: 2011.

REZENDE, Nicole. A. Acesso aos programas de mobilidade internacional no Ensino Superior: o caso da UFMG à luz de três experiências internacionais. 2015. 207p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Pós-graduação em Administração Pública – Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte: 2015.

SCHULTZ, Theodore. W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Tradutor: Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.